

ENTREVISTA

Com Ricardo Luiz Coltro Antunes

Trabalho e trabalho docente sob a égide do neoliberalismo

Labor and Teaching Labor under the aegis of Neoliberalism

Alda Roberta Torres¹
Claudia Dourado de Salces²
Maria Isabel de Almeida³
Renata Nassralla Kassis⁴

Resumo: Ricardo Antunes, pesquisador do campo do Trabalho, discute, nesta entrevista, como o capitalismo atual, cunhado por alguns autores de “capitalismo de plataforma”, caracterizado pela combinação entre o uso de plataformas digitais e trabalho em regime de *home office* intensificou a

1. Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e mestre pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educadores (GEPEF). É professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo em cursos de graduação e pós-graduação. É membro de Núcleo Docente Estruturante e de Colegiado, no Campus São Paulo. Tendo atuado como Diretora de Administração Acadêmica na Pró-reitoria de Ensino; como técnica em assuntos educacionais e coordenadora do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior, no Campus São Paulo e como professora no Campus Itapetininga. E-mail: aldarobertatorres@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8359-4726>.

2. Linguista e pedagoga. Mestre em Linguística pela Unicamp e Doutora em Educação pela USP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educador (GEPEFE). Atua como professora da rede pública municipal de Valinhos (SP). E-mail: profaclaudiaportugues2021@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1582-3766>

3. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona. É professora associada sênior da Faculdade de Educação da USP, onde foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação. Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos. E-mail: mialmeida@unisantos.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2506-2972>.

4. Pedagoga. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Escola Pública, Infâncias e Formação de Educadores (Gepepinfor), vinculado ao PPGGE da Unifesp. E-mail: renatakassis@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9883-960X>

exploração da força de trabalho de profissionais das diversas áreas, inclusive daqueles ligados à educação, e suprimiu direitos adquiridos. Como possibilidade de resistência aponta para a importância dos movimentos de lutas sociais em defesa da *res publica*.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho docente. Neoliberalismo.

Abstract: Ricardo Antunes, researcher in the field of Labor, discusses in this interview how contemporary capitalism, coined by some authors as “platform capitalism”, featured by the combination between the use of digital platforms and home office labor regime, has intensified the exploitation of the labor force of professionals in several areas, including those related to education, and suppressed acquired rights. As a possibility of resistance, points to the importance of social struggle movements in defense of the *res publica*.

Keywords: Labor. Teaching Labor. Neoliberalism.

Breve apresentação

Ricardo Luiz Coltro Antunes é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Seus textos e livros vem sendo publicados em países como Itália, Estados Unidos, Portugal, Índia, Argentina, Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Alemanha, Índia, Rússia, Canadá, México, Equador, Uruguai, Cuba, Colômbia, Venezuela, além, evidentemente, do Brasil. É professor convidado e membro do Comitê Científico do Master Sull’Immigrazione, fenomeni migratori e trasformazioni sociali da Università Ca’Foscari de Veneza/Itália. Foi professor visitante, ministrou cursos de graduação e pós-graduação, proferiu conferências em universidade de Portugal, Itália, Inglaterra, Espanha, França, Suíça, Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Equador, Colômbia, Guatemala, Costa Rica, Cuba, China e Índia. Coordena as coleções Mundo do Trabalho (Boitempo) e Trabalho e Emancipação (Expressão Popular). Recebeu o Prêmio Zeferino Vaz da UNICAMP, foi homenageado pela Cátedra Florestan Fernandes da CLACSO e recebeu a Comenda do Tribunal Superior do Trabalho no Brasil. Sua atuação circunda temas como sociologia do trabalho, trabalho e centralidade; classe trabalhadora; ação e consciência; sindicalismo e movimento operário¹.

Entrevista²

Para início de nossa conversa, gostaríamos de saber como você, um sociólogo reconhecido, pesquisador de uma área fundamental da vida humana - que é o trabalho - apresenta a si mesmo para as pessoas?

Eu sou professor. Comecei a dar aula em 1972 e em 2022 completei 50 anos, ou seja, meio século trabalhando como professor. A meu favor, afirmo que eu era bem

novinho quando comecei a dar aula... Entrei numa faculdade de administração pública, para ser administrador. Era um curso gratuito na Fundação Getúlio Vargas (FGV), que é uma instituição privada, e foi pela gratuidade que fui estudar lá, já que o curso de Administração de Empresas era caríssimo. Como tive que trabalhar para me sustentar, para comprar livros e outras necessidades, comecei a dar aula assim que entrei na FGV, em 1972. Ao longo do meu curso de graduação, prestei vestibular no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e fui aprovado. Comecei a cursar, mas desisti porque a FGV demandava muito estudo e a USP também. Além disso, o curso de Administração tinha uma carga muito forte de sociologia, política, história econômica, economia, economia política. E isso tudo nos anos 1972, 73, 74, fase de recrudescimento da ditadura militar, e nesse contexto, o ingresso na USP ficou inviável. Eu tinha a FGV, dava aula e ainda fazer filosofia, que também exigia muito estudo, além do pavor que sentíamos, durante as aulas nos “barracões”, construção improvisada onde eram as aulas do curso de Filosofia. Era um sentimento de medo de que houvesse, dentre os colegas de classe, pessoas infiltradas a serviço da ditadura.

Comecei minha atividade docente em 1972, como professor de História do Brasil, em um curso pré-vestibular, temática a que me dediquei, especialmente no Colegial³ e no início do curso na FGV, e nunca mais parei de dar aula. Em 1976, me tornei professor de Sociologia e Política da própria FGV, em São Paulo. Tinha acabado de ingressar no Mestrado em Ciência Política na Universidade de Campinas (UNICAMP); posteriormente, fiz o doutorado em Sociologia na USP. E, dentro da teoria social, da Sociologia concebida com desenho amplo, me especializei em Sociologia do Trabalho. Mas eu não me considero só sociólogo do trabalho: sou sociólogo também no sentido mais abrangente, sempre muito vinculado à teoria social. Depois da FGV, fui trabalhar por um período na Universidade Estadual Paulista (Unesp) (1979/86) e em seguida na Unicamp (1986 até hoje). Sinto-me feliz! Já podia estar aposentado desde 2010, mas continuo trabalhando. Enfim, sou um sociólogo crítico, com formação marxista e tenho orgulho de dizer isso.

Eu me formei como intelectual marxista estudando autonomamente a obra de Marx, já em 1973, 1974, na FGV. Isso me permitiu, num dado momento, criar uma certa forma de estudar Sociologia do Trabalho no Brasil, de estudar a classe trabalhadora. No primeiro momento, até meu doutorado, eu estudei o movimento operário brasileiro. Depois do meu doutorado, com minha primeira viagem à Europa, em 1989, percebi que não era mais possível compreender a classe trabalhadora só olhando para o caso brasileiro. Para entender o que estava acontecendo no cenário nacional, além de estudar o movimento operário brasileiro também passei a estudar o movimento internacional, o que culminou em minha tese de livre-docência, com o debate sobre o ‘fim

do trabalho'. Eu pude fazer uma contraposição forte a esta tese eurocêntrica e equivocada sobre o fim do trabalho e desse estudo resultou minha tese '*Adeus ao Trabalho?*', que foi em seguida publicada como livro.

Considerando o recrudescimento do neoliberalismo, os impactos da reforma trabalhista e o advento da pandemia da Covid-19, como você caracteriza as relações trabalhistas no Brasil?

Com o início do governo Bolsonaro⁵ percebi que a tragédia brasileira tinha mudado de qualidade. Nós vivenciamos tragédias há muito tempo. Talvez nunca tenhamos vivido um período longo de tranquilidade. Sempre aparecem situações adversas para a classe trabalhadora. Mas, especialmente a partir do golpe de 2016⁶, com a vitória da autocracia neofascista, a devastação do país se tornou muito grande. Duas coisas muito importantes ocorreram. A primeira foi a própria vitória do Bolsonaro, que acentuou nossa tragédia e nos lançou num pandemônio. Nós estávamos discutindo criticamente os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), mostrando seus limites, que não eram poucos, convivendo com grandes dificuldades, pois temos uma burguesia muito predatória, só que a aberração do pandemônio mudou o curso dos embates. A segunda coisa foi que nem bem entramos no pandemônio, nos defrontamos, após um ano e pouco de governo Bolsonaro, com a pandemia. E aí aconteceu algo importante - todos nós nos reclusmos ao trabalho digital, para ficar em isolamento. Nós, professores e professoras, temos a felicidade de ter podido fazer nosso trabalho, excepcionalmente, no formato *on-line*. Eu fui percebendo, aos poucos, que o capitalismo vive uma fase tão destrutiva em que, ao mesmo tempo, gerou e se aproveitou da pandemia. No caso brasileiro, isso somou-se ao pandemônio, causando, além de centenas de milhares de mortos, outra enorme devastação: a devastação do e no mundo do trabalho. É uma devastação de proporções mundiais: é italiana, é estadunidense, é inglesa, é francesa, é indiana, é chinesa, é sul africana, é mexicana. Ela pode variar na intensidade. Até mesmo nos países escandinavos, com um nível de vida um pouco melhor, também há sinais de precarização, só que num nível muito diferente da parte sul do mundo, que sempre foi marcada pela precariedade. Discuti recentemente essas contradições no livro *Capitalismo Pandêmico*⁷, que produzi durante o isolamento pandêmico e foi publicado pela Boitempo.

Agora estou organizando um volume novo, similar ao livro *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*, que será publicado em 2023, onde, no capítulo de minha autoria que abre o livro, eu discuto como o capitalismo se aproveitou da pandemia para implementar um nível mais profundo de destruição e tragédia. Uma de minhas teses a esse respeito é que não foi a pandemia que criou o cenário que nós estamos vivendo:

ela apenas o desnudou e exasperou. Nós já tínhamos trabalhos uberizados antes; trabalhos precarizados, terceirizados, tudo isso que conhecemos. Mas na pandemia, as empresas globais, “plataformizadas” – que alguns autores chamam de “capitalismo de plataformas”, ainda que o capitalismo seja o mesmo – intensificaram a combinação entre trabalho digital e exploração do trabalho.

Isso porque, nas últimas três décadas, especialmente depois da crise de 2008-9, as plataformas digitais, tornaram-se vitais para a compreensão do capitalismo atual. A *Amazon* surgiu em 1994, a *Uber* nasceu em 2009. E de lá para cá as empresas, no momento mais alto do avanço tecnológico, tomaram a decisão de caminhar rumo à supressão dos direitos do trabalho. Há uma situação esdrúxula que vem me permitindo desenvolver três teses, sendo que a Tese I pode ser assim resumida: *o capitalismo de plataforma tem algo em comum com a protoforma do capitalismo*. Ou seja, o capitalismo de plataforma recupera um nível de *exploração do trabalho, de espoliação e de expropriação típicos do capitalismo*, do capitalismo em sua fase primitiva. No século XVIII, as mulheres que trabalhavam nas fábricas da Inglaterra não tinham direito ao descanso durante a fase final da gestação, só quando a criança nascesse, e por isso tantas mulheres davam à luz nas fábricas. Crianças com menos de 14 anos trabalhavam; a jornada de trabalho de homens e mulheres era de 14, de 16 horas diárias. Hoje, ao estudarmos o trabalho uberizado ou plataformizado, evidencia-se que trabalhar 8, 10, 12, 16 horas por dia é muito mais o normal do que a exceção. Além disso, o capitalismo de plataforma se utiliza de formas de expropriação, espoliação e exploração do século XVIII.

O que me levou à Tese II: *o capitalismo intensificou exponencialmente experimentos, laboratórios de experimentação do trabalho* durante a pandemia. Por exemplo, tivemos que fazer trabalho digital *on-line*. Empresas como a *Google*, a *Microsoft*, descobriram uma mina de dinheiro. É assim na universidade, onde tudo passa por essas infernais plataformas digitais, nas quais temos que entrar para fazermos, às vezes, trivialidades, e nos tomam um tempo precioso, o que, aparentemente, parece ser produtivo, do ponto de vista da lógica capitalista, porque onde trabalhavam vários funcionários e funcionárias, os professores passaram a fazer esse trabalho. Em nossa atividade profissional como docentes, pesquisadores, pesquisadoras, o que passamos a fazer? Preenchimento de plataformas digitais que nos tira do trabalho reflexivo. E foi nesse momento que eu percebi que, dentro desses *laboratórios de experimentação do capital sobre o trabalho*, a *uberização* veio para ficar. Se não houver resistência visceral, todos nós, todas nós, seremos uberizados; é questão de tempo. Nós vimos que essa conversão do nosso trabalho para o regime de *home office*, ou teletrabalho, ou Educação a Distância (EaD) – que são formas aparentadas de trabalhos fora do espaço convencional – obliterou nossa vida privada. No caso dos professores e das professoras, essa nova modalidade de traba-

lho fez com que houvesse um embaralhamento entre vida privada e vida pública, e agora não temos mais tempo limitado de trabalho. Nossas jornadas se ampliaram e se intensificaram. Isso afetou muito mais intensamente as mulheres docentes, professoras, porque a duplicação da jornada de trabalho tomou uma proporção muito maior. E tudo isso acontece em meio à exacerbação do patriarcalismo, do feminicídio, das violências, dos suicídios, das separações, das múltiplas manifestações de patriarcalismo. Imagino que a Google “reza” todo dia que a pandemia não acabe, porque eles estão “enchendo a burra de dinheiro”, como se dizia antigamente. E o resultado disso me levou à Tese III, na qual também estou trabalhando, é que o *trabalho plataformizado ou uberizado e a indústria 4.0 são as pontas de uma mesma tragédia*. Para esse próximo livro que me referi anteriormente, eu usei uma epígrafe extraída da Charles Dickens, “*Tempos difíceis*”⁸, que diz: “São os icebergs à deriva que, acomodando-se a qualquer corrente e em qualquer lugar, afundam os navios”. Os navios estão afundando. E os navios que estão afundando levam consigo a humanidade. E então eu desenvolvo a tese de que nós estamos adentrando em uma *nova fase de desantropomorfização do trabalho em escala global*. Ou seja, “máquina digital”, “algoritmos”, “internet das coisas”, “big data”, “inteligência artificial”, é todo um artefato digital-informacional que acarretará consequências humano-sociais profundas. O que vamos fazer com a humanidade desprovida de trabalho? Isso remete a uma questão social que tem sido tema dos meus estudos desde sempre, particularmente, desde o *Adeus ao trabalho*? O trabalho é um valor. Desde o primeiro homem, a primeira mulher, o primeiro universo microcósmico familiar, nós tivemos que sobreviver. Para isso começamos a produzir. O trabalho é intrínseco à vida humana. Esse valor tornou-se, com o capitalismo, um desvalor, um (aparente) não-valor para gerar mais valor. Estamos vivendo esse cenário, cujo futuro, para a maioria da classe trabalhadora, é de horror.

Qual é o ponto trágico do capital? É só um, apontado por Marx no século XIX: quem cria a riqueza é o trabalho. A pandemia tornou isso muito claro. Máquina sozinha não cria nada. Só que o capital conseguiu reduzir a força de trabalho cada vez mais ao limite mínimo, aquele núcleo criador de valor. Outro dia eu comprei uma passagem e, para tanto, entrei nos sites para pedir informação. Desde que comprei a passagem, eu não paro de receber todo dia propostas de compras. Ou seja, nós trabalhamos gratuitamente. Não é que o Facebook ou o Google são gratuitos. Nós trabalhamos gratuitamente para eles. A informação tornou-se mercadoria valiosa, e mercadoria é sinônimo de riqueza e de mais valor para o capital. O mundo em que estamos vivendo é devastador.

Adentrando ao contexto educacional, onde as faces da exploração e do acúmulo de riquezas ganham forma por meio das políticas voltadas para a privatização e mercantilização da educação, como você vê a questão da universidade hoje?

Nós estamos vivendo um processo que se iniciou na década de 1970, e seria um milagre que ele não invadissem o espaço público e a educação, seja ela pública ou privada. Eu escrevi um pequeno livro, em coautoria com meu ex-aluno e amigo Geraldo Augusto Pinto, chamado *A fábrica da educação*⁹, onde demonstramos que a educação passou a ser tratada como negócio exatamente naquele momento histórico. Algo que encontro quando vou realizar atividades em universidades europeias. Em vários países os funcionários das universidades não são estáveis, não têm garantia, realizam trabalhos intermitentes. É mais raro encontrarmos trabalhadoras ou trabalhadores administrativos com tempo integral e com direitos públicos, como nós conseguimos preservar, em alguma medida, aqui no Brasil, apesar de tantos desmontes. Mas a demolição aqui também fica evidente. E nós passamos a sofrer com a lógica privatista da produtividade que adentrou à universidade. Eu até prefiro falar em mercadorização, em commoditização, típicas da era de financeirização do capital. É a educação como mercadoria. Eu não conheço faculdade privada, que vise lucros e que faça ciência, pratique a reflexão, tenha tempo integral de trabalho docente etc.

No começo da pandemia muitos professores e professoras foram demitidos em universidades privadas. Lembram daquela notícia sobre um professor que tinha gravado conteúdo para aula à distância, e mesmo ele tendo morrido, a aula dele continuava sendo ministrada? Hoje há também robôs fazendo avaliação de provas. É uma esdrúxula combinação entre alta tecnologia e precarização. Há uma fragmentação do trabalho docente, sob a concepção da *lean production*⁵, da empresa enxuta. Mas a lógica de diminuição do número de professores adentrou também no espaço público. Por exemplo, nós começamos a ver as terceirizações acentuadas no espaço público já nos anos 1980, 1990. Mesmo nos governos do PT, as universidades públicas tiveram muitos problemas. Dizia-se: “a terceirização é inevitável”. Não, ela não é inevitável. A terceirização é o caminho para a devastação. Só é inevitável para quem quer a redução de custos através da precarização do trabalho. E, hoje, nas universidades públicas, um número imenso de professores e professoras são substitutos, que ganham cinco ou seis vezes menos que um salário normal, e trabalham três, quatro vezes mais.

Hoje sabemos como atuam *Uber, Uber Eats, 99, Amazon, AmazonMechanical Turk, Google, Facebook, Microsoft...* Mas o primeiro experimento, o embrião de trabalho plataformizado que considero emblemático foi o *zero-hour contract*, “contrato de

5. Ricardo Antunes tratou deste tema longamente nos livros *Adeus ao Trabalho?* e *Os sentidos do Trabalho*.

zero hora”, na Inglaterra, que existe há mais de 20 anos. Trata-se de uma massa de enfermeiros/as, médicos/as, professoras/es, jornalistas, advogados/as, arquitetos/as, trabalhadoras domésticas, jardineiros etc., cadastrados em uma plataforma para prestarem serviço em diferentes horários e lugares. A plataforma solicita um profissional que pode aceitar ou não, de acordo com suas possibilidades. Por isso é *zero-hour contract*. A empresa platformizada não é obrigada a chamar alguém específico e os profissionais cadastrados também não são obrigados a aceitar. Qual é o *fair play* desse horror? É dizer: você é “autônomo”, “empreendedor”, recebe pela hora que trabalha. E a plataforma leva, sem fazer nada, vinte ou trinta por cento ou mais do valor recebido. É a mesma lógica da *Uber*. Anos atrás, em Ribeirão Preto, a Prefeitura quis fazer o mesmo com professores, criar uma espécie de “professor *delivery*”. Em São Paulo há o professor substituto que fica esperando alguém faltar para poder substituir. Não têm sido pequenas as lutas de professores e professoras, e nós vamos ter que estudar muito a esse respeito ainda. E lutar muito também.

Eu penso desde logo em dois movimentos. Primeiro, a resistência no espaço público, na educação básica, na educação superior. Nós teremos que resgatar o sentido público das universidades federais e estaduais. Nós teremos que refazer tudo isso e eu não tenho ilusão de que será com o governo Lula¹⁰. O governo Lula será um grande momento para respirarmos e dizer: “agora vamos ganhar oxigênio para começar a lutar para valer”. Faz sentido nos apropriarmos de recursos do Estado para beneficiar a educação privada, nas universidades privadas, em vez de beneficiar as universidades públicas? Temos que resgatar o sentido público da educação. Temos que retomar as lutas sindicais, apesar de os sindicatos estarem vivendo um momento muito difícil, pois desde meados do século passado eles são considerados inimigos do capitalismo. Nós vamos ter que fortalecer núcleos de organização, auto-organização (como a ocupação das escolas), retomar projetos como os que tivemos nos anos 1950 e 1960, só que no contexto do século XXI, de lutas em defesa da educação pública no ensino fundamental, médio e superior; verbas para a universidade pública, para a educação pública em todos os níveis; recursos para pagar dignamente os professores/as. Teremos uma série de lutas que só serão possíveis no âmbito de uma mudança política, que nós estamos percebendo se avizinhar. Teremos que sair dessa letargia, que não foi só brasileira. Só vamos sair disso com muita luta social.

E o segundo movimento é espaço da formação da juventude. Em outras palavras, é o espaço das lutas na periferia, na vida concreta e na educação pública, na experiência, na comunidade. Muitas periferias se organizaram na pandemia, e não fosse a organização delas, a população teria morrido de fome. Tem uma coisa embrionária ainda, uma forma de organização coletiva, de auto-organização, que corre em paralelo

ao enfraquecimento dos sindicatos, dos partidos. Nós só vamos ter um *outro modo de vida* no mundo, se nós começarmos a reaprender com as comunidades indígenas e com as comunidades negras que nosso ensino tradicional sempre desprezou. Nossa formação branca e europeizante fazia com que a gente olhasse para a Europa e desse as costas para nossa América Latina, indígena e negra. Vamos ter que refazer tudo isso e enfrentar o *capitalismo pandêmico, que é destrutivo, expansionista, incontrolável, letal e belicista*. Nós vamos ter que reinventar algo diferente. A pandemia parece ter indicado um pouco esse processo, porque foi exatamente a dimensão pública que ofereceu à população algum tipo de amparo, de proteção mínima, de atendimento de necessidades vitais. Foi o público que deu conta, foi o SUS, foram as universidades, os centros de pesquisa pública, as escolas e os funcionários públicos que acolheram e atenderam a população nos momentos mais gritantes.

Penso que esse foi um dos elementos mais importantes da pandemia. Isso também ficou muito evidente no caso brasileiro. Não fosse o SUS, os quase 700 mil mortos em decorrência da Covid-19 – dados que são subnotificados – seriam em número muito maior. Isso coloca a necessidade premente do resgate da *res publica*, da “coisa pública”. O problema é que o capitalismo financeiro atingiu um nível de sofisticação tecnológica e ao mesmo tempo, assegura sua perversidade ideológica reinventando e ressignificando o léxico, como vemos com o “empreendedorismo”. Costumo recordar, glosando, que “empreendedorismo” é uma palavra “bonitinha, mas ordinária”, porque o empreendedorismo sempre foi uma atividade claramente empresarial. O empreendedor é o burguês desde o início da economia liberal e teve seu lugar assegurado e fortalecido com o neoliberalismo. Margaret Thatcher, em 1979, logo depois de ganhar as eleições e tornar-se a primeira-ministra da Inglaterra, no Reino Unido, disse algo assim: “o meu sonho é que todo indivíduo, todo cidadão do Reino Unido seja um proprietário privado”. A ideologia neoliberal tornou-se vitoriosa por meio de inculcações e manipulações muito profundas e perversas. E hoje a ideia-mestra é “empreendedorismo”. Há dez anos era “empregabilidade”. A jogada do empreendedorismo é diabólica, porque uma coisa é o empreendedor burguês ou de classe média alta – um gestor ou um gerente – que juntou dois ou três milhões, aposentou-se com 55 anos, e resolveu abrir um restaurante de comida francesa. Isso é um empreendedor. Mas chamar um trabalhador desempregado, precarizado, que vive do seguro-desemprego, na informalidade, de “empreendedor”, é um vilipêndio, é uma adulteração do léxico.

Outros termos como “sinergia” e “resiliência” também carregam as marcas ideológicas que sustentam o neoliberalismo. O que é ser resiliente? É trabalhar 48 horas por dia, pois o capital fez com que não se tenha mais vida privada e vida pública, está tudo misturado. E a pandemia levou o trabalho para casa e “permitiu” que o trabalha-

dor, a trabalhadora vá até as duas ou três da manhã. E o que é a sinergia? Todos pensando juntos *para a empresa*. É um vilipêndio que se intensificou, inicialmente quando se “transformou” o assalariado, a assalariada, o empregado, a empregada, o operário, a operária, em “colaborador, em colaboradora”. Isso nasceu com o toyotismo, com a acumulação flexível no neoliberalismo, e ganhou um salto novo com o capitalismo de plataforma. Nós temos a luta pelo resgate da *res publica*, o que é vital, mas o capital não descansa um momento. Eu vou dar um exemplo espetacular. Não paira dúvida de que a Globo está numa campanha acirrada de denúncia, de críticas políticas das ações contra o governo Bolsonaro. Mas nesses anos todos, jamais a Globo fez uma crítica à política econômica, neoliberal do Bolsonaro. Isso ela sempre aplaudiu.

O conceito de empreendedorismo ganhou muito corpo no contexto das altas taxas de desemprego vigente. Nesse contexto onde não há trabalho, o ideário de que as pessoas sejam empreendedoras é profundamente bem concebido e idealizado. Por isso que o capital tem os seus apoiadores, os seus intelectuais pagos a ouro e diamante para planejar saídas para a supressão dos direitos assegurados desde a criação da CLT. Então, se a moda do empreendedorismo pegar, acabam os direitos do trabalho, acaba a previdência pública.

Será que a humanidade vai aceitar isso sem resistência? Eu acho que nós vamos entrar numa época de muitas lutas sociais. E junto com tudo isso a gente tem a questão ambiental. Trata-se da constituição de um novo modo de vida onde a relação entre a natureza e a humanidade não seja uma relação destrutiva como a que tem marcado o antropoceno¹¹, ou mais especificamente, o capitaloceno¹². Importante lembrar que nem toda história humana foi de destruição da natureza. Marx apontou que pensar assim é um equívoco teórico grande. Mas toda a história humana, a partir do capitalismo, é de destruição da natureza. Ele chamou isso da “segunda natureza”, quando o trabalho deixa de ser uma *atividade vital* necessária para assegurar a sobrevivência humana e passa a ser uma força de trabalho para a servir à acumulação de riqueza privada. Isso começou com o capitalismo e desde então não tem mais limite.

Você pode nos falar um pouco mais sobre como a lógica da privatização opera na educação brasileira. E como a reestruturação produtiva do capital afeta o trabalho docente?

Começo trazendo a ideia de que a crise do capitalismo do século XX, que teve seu ápice em 1973, com a chamada a crise do petróleo, era uma crise estrutural do capital. E estrutural por quê? Mészáros¹³ nos disse, no final dos anos 60, que “todo crescimento do capitalismo vai ser com a devastação da natureza e da humanidade”. Ele

acertou em cheio. Daquele momento para cá, o capitalismo teve um enorme incremento tecnológico, redesenhou uma organização sociotécnica do trabalho, reconfigurou uma reestruturação produtiva que se tornou permanente, de modo a extrair mais-valia e lucro em todos os espaços possíveis. A mais-valia, como sabemos, é o acúmulo de riqueza realizado sobre trabalho privadamente explorado e acumulado. Já o lucro se pode extrair comprando de A e vendendo para B. São diferentes, mas ambos são parte do mesmo sistema.

Muito bem, o capitalismo conseguiu criar as plataformas, esse mundo admirável que converteu informação em mercadoria. A informação não era mercadoria. Virou e vale ouro. Vale mais que o petróleo. É isso que explica a riqueza dessas plataformas. Google, Facebook, todos eles vendem as nossas informações, todos eles sabem o que a gente gosta de ler, de comer, o que fazemos, que lugares visitamos, para onde gostamos de viajar. Eles vendem isso. Porém, a informação é, por excelência, do espaço da educação, da universalidade. Se a informação virou ouro, é o petróleo dourado, é evidente que a incursão começou na escola privada. As faculdades privadas foram a cunha de entrada. Chegaram a ter mais de um milhão de alunos... um milhão de consumidores de uma mercadoria, que é a informação. E isso também devastou a educação e a universidade públicas. Por quê? Ninguém questionava há 60 anos atrás que a saúde fosse pública, que a previdência fosse pública, que a educação fosse pública, que as estradas fossem públicas, o cárcere fosse público etc. Hoje tudo isso está privatizado. E o mesmo se passou com a universidade pública. Quantos alunos tem a Unicamp? E a Universidade Federal do Rio de Janeiro? E a Universidade Federal de Minas Gerais? Se a Kroton¹⁴ abocanha tudo isso, ela faz dois empreendimentos magistrais: ela destrói a ciência e privatiza o ensino. E nesse cenário faz sentido recuperar uma reflexão belíssima de Gramsci, que está no seu artigo *Homens ou máquinas?*¹⁵: “a escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem culturas geral, sem alma, mas só com o olho certo e a mão firme” – o olho certo e a mão firme no mercado.

Mas tem um outro elemento importante, que está presente na minha análise. O capitalismo do nosso tempo está sob a hegemonia financeira. É o capitalismo desprovido de qualquer sentido anímico. O capital financeiro se orienta pela máxima de que dinheiro tem que gerar mais dinheiro. O trabalho é custo – quando é útil ao capital, serve; se não, demite.

E o capital financeiro está entrando pesado tanto na educação pública como na privada em todos os níveis por meio das chamadas “instituições filantrópicas”. Ele entra através da “Todos pela Educação”¹⁶, que diz que irá colocar a escola em ordem. Já tem até curso de formação infantil com disciplina voltada para o empreendedoris-

mo. É um investimento criminoso, é uma nova tentativa de “incubadora de pequenos monstros”. O capital financeiro, através dos seus organismos filantrópicos, está entrando nas universidades públicas, subsidiando ações acadêmicas, ainda que dizendo que não vai influenciar no direcionamento das pesquisas. Porém, esses subsídios tornam a instituição e as pessoas prisioneiras do dinheiro. Há duas pesquisadoras no Brasil, cujos estudos têm ajudado a entender o mundo financeiro na educação. A primeira é a Virgínia Fontes, uma estudiosa do mundo do capital financeiro em suas conexões com o mundo do trabalho. A outra é Carolina Catini, uma jovem pesquisadora da Unicamp, que tem estudado os planos de financeirização na educação. Ou seja, a presença do capital financeiro.

É importante ressaltar que o capital financeiro tem tanto sua face de destruição, que é o universo gerencial, mas ele tem também a sua face filantrópica. É possível encontrarmos um filme de extrema esquerda financiado pelos institutos do capital financeiro. Mas isso faz parte da dominação, uma vez que as esquerdas anticapitalistas não vivem seu melhor momento. Então, é esse o cenário que nós estamos enfrentando. E estamos despreparados. Teremos de enfrentar algumas lutas cruciais, e dentre elas a educação pública e o resgate da *res publica* é fundamental. Nós vamos exigir a demolição de tudo que foi feito por Temer e Bolsonaro, e avançarmos na republicação da escola, da saúde, da previdência. Isso será vital. *Mais do que estatal, temos que torná-la pública.*

Suas considerações anteriores acerca da terceirização, da mecanização e da informatização do trabalho no mundo acadêmico nos levam a solicitar que explicitem um pouco mais sobre o que seria esse mais-valor relativo.

Para aprofundarmos esta questão vamos partir de uma pista genial que Marx nos apresentou no século XIX, que está contida no *Capítulo Inédito* e está também no capítulo 14 de *O Capital*¹⁷, cujo centro reside no seguinte argumento: um professor ou uma professora que trabalha numa escola pública, realiza um trabalho público. Se esse mesmo professor ou professora faz o mesmo trabalho numa escola privada, está enriquecendo o seu proprietário, porque está gerando um sobre-trabalho, que é a mais-valia. E com isso Marx nos deu uma pista muito importante, que ele retoma depois no volume II de *O Capital*: a mais-valia pode ocorrer, seja como resultado de um trabalho prevalentemente material – um trabalho operário de transformação –, seja de um trabalho prevalentemente imaterial, porque não existe nenhum trabalho no mundo que seja só material ou manual, e outro que seja só intelectual ou de elaboração, seccionando *Homo Sapiens* e *Homo Faber*. Isso não existe.

Eu vi um filme, que eu comentei no primeiro capítulo do livro *O Privilégio da Servidão*¹⁸, sobre um trabalhador indiano que trabalhava numa fábrica de tintas de tecidos na Índia. Ele carregava galões de 300, 400 litros de tinta. O depoimento dele é genial. Ele diz: “eu sou um trabalhador intelectual. Eu estou carregando essa lata de tinta, que eu pego aqui e tenho que levar para aquele canto. Aqui tem muitos litros de tinta. Se eu não fizer a rotação cuidadosa, milimetricamente programada, esse galão vai virar e eu vou ter que pagar essa tinta toda. Então meu trabalho é profundamente intelectual”. É genial isso! Na contrapartida, vamos citar o Chico Buarque, ou Caetano Veloso, ou Bethânia. Quando um deles faz uma obra prima e a canta em casa, com seus amigos e família, eles estão cantando como uma atividade laborativa livre. Agora, se cantam essa mesma música pelo país, quiçá, pelo mundo, estão quase sempre subsumidos à indústria cultural. Ao se apresentar em shows em Paris ou São Paulo, ou gravar um CD, aquele trabalho, prevalentemente imaterial – o artista cantando na sua casa para os seus –vai precisar de um maquinário magistral e requerer um complexo laborativo. O trabalho prevalente, neste caso, é imaterial, mas não se concretiza sem uma teia de trabalhos materiais imprescindíveis para um show se realizar. Portanto, não existe um trabalho que é só material e outro que é só imaterial. Ambos se conectam indissolúvelmente.

Mas onde reside o problema crucial do capital? Reside exatamente no fato de que o capital não pode eliminar o seu limite ontológico fundamental, que é só enriquecer quando extraí o sobre-trabalho, quando explora a mais-valia. E com isso quem enriquece privadamente é a burguesia. E o faz através da exploração do trabalho humano alheio. O cerne da luta da classe trabalhadora, desde 1750, foi para reduzir o trabalho de 16 para 12, de 12 para 10, de 10 para 8 horas. E quais foram os objetivos dos primeiros inventos técnicos? Compensar a redução da jornada de trabalho. Desde o início, o maquinário destina-se a compensar a redução da jornada de trabalho e aumentar a concorrência intercapitalista. Então, com o maquinário informacional digital, inteligência artificial, internet das coisas, algoritmo, há um arsenal técnico informacional que não cria riqueza humana, mas potencializa a extração de mais-valia à enésima dimensão. Um exemplo elementar, voltando ao show: se o artista gravar sua apresentação num CD e disponibilizar nestas plataformas tipo *Spotify*, ele poderá ser ouvido aos milhões e isto é recurso financeiro que está sendo gerado para as empresas. Então há uma desmedida: quanto mais inteligência artificial, mais internet das coisas, mais educação à distância, mais robôs, mais maquinário reproduzindo o professor e substituindo-o em muitas situações, os empresários se deparam com o fato de que a figura do professor pode ir sendo reduzida, mas não completamente eliminada.

E tem outro elemento fundamental acerca da impossibilidade de eliminar com-

pletamente a figura do professor: todo o processo educativo é inconcebível sem interação, sem intersubjetividade, sem interação com o/a professor/a. A educação é inaceitável sem o diálogo entre docente e aluno, aluno e docente, um processo de retroalimentação. Professores e professoras ensinam e aprendem nesse diálogo intersubjetivo. Se você substitui essa relação por uma máquina, o professor e a professora viram mercadoria, como uma máquina. Mas alguma ação humana sempre existirá nesse processo educativo.

A reestruturação produtiva permanente do capital, então, reduz o tempo de trabalho, incrementando a mais-valia relativa. E o que que é a mais-valia relativa? A mais-valia absoluta, nós sabemos, é sinônimo de prolongamento da jornada de trabalho. Quanto mais o professor ficar dando aula, como se fazia no passado dando 20, 30, 40 horas, mais ele propicia lucro e mais valor às escolas privadas. E o que é a mais-valia relativa? É a intensificação da jornada, pela introdução de maquinaria, de trabalho morto, reduzindo a jornada de trabalho. É por isso que se amplia a tecnologia e o maquinário digital de modo a potencializar o trabalho e seu mais valor (escolas privadas), que permita ultrapassar de uma aula para 50 alunos presenciais para uma aula de EAD, que pode ser para cinco mil alunos ou muito mais.

O capitalismo, então, é um sistema destrutivo, na sua materialidade e na sua imaterialidade. Por isso que nós vamos ter que reinventar um novo modo de vida. Não temos alternativa pronta. Se não reinventarmos outro modo de vida, a humanidade irá perecer. A minha esperança é que as lutas indígenas, as lutas feministas, as lutas das periféricas, as lutas da classe trabalhadora, incluindo a luta dos uberizados, consigam, num dado momento, reinventar um novo modo de vida. Mas sempre ouvimos o argumento de que “fazer isso é difícil”. Vale lembrar que tivemos 10 séculos de idade média, com senhor feudal, nobreza autocrática, estado absolutista, igreja conservadora, e certamente nunca passou na cabeça deles que aquilo ia se destruir como uma caixa de papel por conta de uma revolução que começou na França, encabeçada pela burguesia. Alguém podia imaginar? Vamos dar um outro exemplo: em 1989 quem poderia imaginar que a União Soviética estaria à beira da sua ruína? E a União Soviética ruiu. Não podemos nos esquecer das contradições que afetam o mundo do trabalho. Não tenho dúvida de que os capitalistas mais inteligentes e poderosos vão indo para o espaço, não só para acumular, mas sim para ver onde é que eles vão morar quando o controle do mundo aqui de baixo for derrotado e quando as massas revolverem se rebelar, pois aí não vai ter para onde fugir. Ou é para o espaço ou não vai sobrar para ninguém. Por isso nós estamos num momento muito crucial da história da humanidade. Eu preferia não estar dizendo nada disso e afirmar que “nós estamos dentro da normalidade. O capitalismo sempre teve em crise, daqui a pouco nós vamos entrar em

um ciclo virtuoso”. Que ciclo virtuoso? Ciclo virtuoso com aquecimento global? Ciclo virtuoso com agrotóxicos? Ciclo virtuoso com transgênicos, sem água? Ciclo virtuoso com a exacerbação do feminicídio, do machismo, do racismo, da xenofobia?

A partir dos seus estudos e da produção do seu grupo de pesquisa é possível pensar numa morfologia dos professores e das professoras como classe trabalhadora? Quem é esse trabalhador da educação? Como é que se dá o trabalho docente nessa lógica da acumulação flexível? Quem somos nós no ato da docência? Que mundo do trabalho é este para a professora e para o professor?

Em 1995 eu, pela primeira vez, usei a categoria “classe-que-vive-do-trabalho”. Era preciso mostrar que a classe trabalhadora, no capitalismo do final do século XX, era uma classe trabalhadora ampliada. É um grave equívoco, no meu entender, imaginar que a classe trabalhadora é composta só pelo operariado industrial ou só pelo proletariado rural. Marx, em *O Capital*, ensinou que a classe trabalhadora do século XVIII era majoritariamente industrial. Mas crescia o proletariado rural. Ele nos mostra também a existência da classe trabalhadora dos serviços. Há momentos em que ele fala dos trabalhadores de escritórios, dos funcionários públicos, dos trabalhadores domésticos. E isso explodiu no capitalismo do fim do século XX. Com o neoliberalismo, a reestruturação produtiva do capital, a expansão tecnológica, a privatização da *res pública*, explodiu o proletariado de serviços. Eu não tenho nenhuma dúvida que se Marx tivesse vivo, ele estaria estudando o proletariado de serviços, tema que ele magistralmente antecipou em seu conhecido *Capítulo VI (Inédito)*, que está sendo publicado pela Boitempo.

Foi esse movimento que eu também estou fazendo no presente. Até 1990, eu estudei o proletariado industrial – em minha dissertação, na tese de doutorado e em vários dos meus trabalhos. Foi depois do doutorado que eu comecei a estudar o proletariado de serviços, que não para de se expandir. O capitalismo se utilizou dos serviços para poder gerar lucro e mais-valia.

Feita essa digressão, eu não tenho dúvida de que os professores e as professoras são parte da classe trabalhadora. Mas essa compreensão nos leva a uma discussão mais complicada. No século passado nós dizíamos: o que que diferencia a classe média da classe proletária? A classe média é aquela que tem uma prevalência do trabalho intelectual, enquanto a classe trabalhadora proletarizada é aquela que tem a prevalência do trabalho manual. O trabalho do professor, que nós conhecemos muito bem, tem uma centralidade no universo do intelecto. Carrega essa ambiguidade da nossa origem de classe média. Nós temos um trabalho que, em alguma medida, ainda tem

uma ênfase intelectual. Mas desde a virada do século passado para cá, nós nos tornamos, também, trabalhadores intelectuais proletarizados, porque vimos sofrendo um processo de proletarização. Considero que a categoria docente é, então, cada vez mais parte da classe trabalhadora, porque a classe trabalhadora é um ser composto heterogêneo, para lembrar Florestan Fernandes, ou integrante do que denominei como *nova morfologia do trabalho*. Enquanto categoria, nós somos parte da classe trabalhadora, mas guardamos uma herança da prevalência do trabalho intelectual, só que cada vez mais maculado e limitado pela razão instrumental. Para compreender isso recorro a uma segunda ideia de Marx. Ele nos ensinou que com a revolução industrial e a explosão da grande indústria, o operário herdeiro do artesanato e da manufatura se tornou um apêndice da máquina, um autômato. Nós professores caminhamos para sermos, cada vez mais, um apêndice e um autômato da máquina informacional digital. Nós estamos ingressando em uma nova fase de desantropomorfização do trabalho. Desantropomorfização do trabalho em múltiplas dimensões. Num paralelo com a ideia de Marx quando diz que com a revolução industrial nós nos convertemos em operário autômato, agora nós estamos nos convertendo em autômato da nova máquina informacional digital, porque é o algoritmo que nos comanda, é a inteligência artificial, que cada vez mais ameaça nos substituir.

Por fim, a nossa categoria é parte constitutiva da classe trabalhadora, mas para isso é preciso ter uma concepção ampla de trabalho, tal como Marx o define no 1º volume de *O Capital*. Para definir o trabalho, ele faz um paralelo entre o arquiteto e a abelha, perguntando (lembro aqui de memória): “o que é que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha? O pior arquiteto desenha o que vai produzir; a abelha, não. A abelha é instintiva”. O metalúrgico também tem pré-concebido o que ele vai realizar. Ontologicamente, nos séculos XVIII e XIX, a classe trabalhadora era majoritariamente constituída pelos operários da indústria. Depois ela incorporou também o proletariado rural. E hoje, quando se evidencia que a economia brasileira é constituída em cerca de 50% pelo setor de serviços e que apenas cerca de 13 ou 15% pela indústria, temos a explicitação de que o proletariado de serviços superou o da indústria. Essa é a realidade do sul do mundo. Se formos ao norte do mundo, a transformação é maior ainda, porque lá a desindustrialização foi muito grande nas últimas três décadas. Enquanto China, Índia e outros países do sul do planeta desenvolveram enormemente a indústria, no norte preponderou o setor de serviços. No caso do Brasil, tivemos um alto nível de industrialização há algumas décadas, mas também entramos num período de desindustrialização. Embora com alguma singularidade, aqui explodiu o proletariado de serviço. Foi a isso que chamei de “privilégio da servidão”. É o novo proletariado de serviço na era digital. E enquanto proletariado de serviço, nós, professores, somos parte do proletariado no sentido amplo. Eu prefiro dizer que nós somos parte da clas-

se trabalhadora, só que temos uma ontogênese mais próxima da classe média que, no passado, fazia trabalho prevalentemente intelectual. Então não tenho dúvida, nós somos parte da classe trabalhadora em sentido amplo. Vamos ter que lutar com ela, precisamos de sindicato e precisamos de muitos instrumentais para resgatar a dimensão pública do nosso trabalho, a dimensão formativa da/na escola. Antônio Gramsci diz que não pode ser uma escola sem cultura geral, tem que ter cultura geral; não pode ser uma escola sem ideias gerais, tem que ter ideias gerais; não pode ser uma escola sem alma. Aprendemos com os gregos e também com o renascimento que a escola é o momento e o espaço da arte, da ciência, da cultura, da reflexão, da filosofia, do pensamento. Não pode ser uma escola com “olho certo e mão firme” para o capital, sempre segundo Gramsci. Nossa formação tem que ser omnilateral, para lembrar a expressão usada por Marx, e não unidimensional, de que falou Marcuse.

'Notas de fim'

- 1 Informações extraídas da Plataforma Lattes, em 13 de janeiro de 2023.
- 2 Entrevista realizada *online*, em 08 de setembro de 2022.
- 3 Que hoje corresponde ao Ensino Médio.
- 4 ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Editora Cortez/Ed. Da UNICAMP, 155 PP., 1995.
- 5 Jair Bolsonaro, representante da extrema-direita, foi Presidente do Brasil entre 2019-2022. Derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, incitou um golpe à democracia brasileira que culminou em atos terroristas e invasão aos três poderes - Palácio da Alvorada, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional - em 08 de janeiro de 2023, causando severos danos materiais e imateriais. Muitos foram detidos e outros estão sendo investigados por financiar os referidos atos antidemocráticos.
- 6 Em 2016, a então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sofreu um processo golpista de *impeachment* por supostas pedaladas fiscais e foi destituída, de maneira ilegítima, da presidência, num movimento de enfraquecimento da democracia brasileira.
- 7 ANTUNES, Ricardo. Capitalismo Pandêmico. São Paulo: Boitempo, 1 Edição, 2022.
- 8 Na obra, Charles Dickens, romancista inglês, traz uma crítica às condições de vida dos trabalhadores ingleses em fins do século XIX, ressaltando discrepâncias entre as classes sociais vigentes e destacando a educação de crianças como mecanismo de manutenção das desigualdades.
- 9 ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. A Fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo, Ed. Cortez, 2017. 117 p.
- 10 Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores, foi eleito democraticamente como Presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos (2003 -2011) e novamente eleito em 2022 para o mandato 2023-2026.
- 11 O conceito de Antropoceno refere-se a uma dimensão temporal, no tempo geológico, quando a estrutura física da Terra se transforma a partir da ação humana, poderosa e destrutiva, enquanto força ambiental. Na perspectiva sociológica, representa uma categoria de análise das sociedades contemporâneas e seus impactos e relações sobre o tempo e o espaço.
- 12 No debate sobre o Antropoceno, a partir do viés sociológico, surge o conceito de Capitaloceno que, no entanto, considera que este poder de destruição não se origina da atividade humana por si, mas enquanto dimensão do modo de organização capitalista.
- 13 O filósofo húngaro István Mészáros é considerado um dos grandes pensadores do marxismo contemporâneo. Considera a educação, tema que ocupa lugar de destaque em sua vasta obra, instrumento de manutenção do sistema capitalista e, igualmente, possibilidade de sua superação.
- 14 Kroton Educacional é a parte responsável pelo Ensino Superior da *holding* “Cogna Educação”, e considerada a maior empresa privada no Brasil do ramo educacional.
- 15 Parte dos Escritos Gramscianos que reúne textos escritos por Antônio Gramsci entre 1916 e 1920 que tratam da luta de classes e da ascensão do fascismo na Europa.
- 16 “Todos pela Educação” é uma organização da sociedade civil e faz parte dos movimentos de empresariamento da educação que defendem modelos de gestão empresarial como parâmetros para o sistema público de ensino e seguindo a lógica da meritocracia, da cultura de metas e resultados e da privatização.
- 17 MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de Produção do Capital. Quinta Seção- A produção da mais-valia absoluta e relativa. Décimo quarto capítulo: Mais-valia absoluta e relativa.
- 18 ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 328p.